

FENEI

FEDERAÇÃO NACIONAL DO ENSINO E INVESTIGAÇÃO

**PARA:** Órgãos de Comunicação Social

**Data:** Lisboa, 28 de Abril de 2009

**N.º de págs.** 3

**Assunto: COMUNICADO DE IMPRENSA:  
“ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DE 12 ANOS É  
MEDIDA AVULSA SEM EFEITOS REAIS”**

Junto remetemos Comunicado de Imprensa, para o qual se solicita a V. atenção.

GABINETE DE IMPRENSA DA FENEI/SINDEP

Presidente da Direcção – **Dr. Carlos Chagas**

(Contactos: 21 393 10 14 / 91 491 83 65 / 91 888 01 74)

**MORADA:** Rua Domingos Sequeira, N.º 66 – 4.º Esq.do – 1350-122 LISBOA

**TLF. :** 21 393 10 10

**FAX:** 21 393 10 11

**E-MAILS:** [gab.imprensa.fenei.sindep@gmail.com](mailto:gab.imprensa.fenei.sindep@gmail.com) / [sindep@netcabo.pt](mailto:sindep@netcabo.pt)

# COMUNICADO DE IMPRENSA

---

## ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DE 12 ANOS É MEDIDA AVULSA SEM EFEITOS REAIS

A aprovação, pelo Governo, da escolaridade obrigatória de 12 anos é uma medida positiva, considerando que, a nível europeu, Portugal é um dos países culturalmente mais atrasados. No entanto, esta é mais uma medida aprovada em fim de ciclo político, sem tempo, espaço e recursos para avaliar o impacto da sua implementação. 12 anos de escolaridade impunham, antes de mais, rever os ciclos de ensino, os programas curriculares, a formação de professores, o ensino regular secundário e as escolas públicas profissionais, o regime de formação pós-laboral que compatibilize a idade de início de trabalho com a formação obrigatória da nova escolaridade, a atribuição de mais bolsas de estudo a mais alunos, o melhor apetrechamento das escolas para dar condições de trabalho aos professores e otimizar o equipamento didáctico, pedagógico e de formação das escolas.

Tudo isto está por fazer e, como vem sido apanágio deste Governo, anunciam-se as grandes medidas, mas não se estudaram, no terreno, a sua aplicabilidade e consequências. Assim, as boas medidas e intenções não passam de propaganda pura, pois não têm um acolhimento correcto no tempo e no espaço para a sua aplicabilidade. É, por isso, que a FENEI/SINDEP ouviu, com perplexidade, a ministra da Educação dizer que esta medida não acarreta mais professores, e que não tem um tempo determinado para a sua entrada em vigor.

A educação-formação será para este Governo uma medida prioritária e estratégica para o desenvolvimento do país? Ou é mais um pormenor estatístico obrigatório para que Portugal figure no grupo dos países desenvolvidos que já atingiram os 12 anos de escolaridade obrigatória? Será a qualidade do ensino e da formação um vector fundamental? **A FENEI/SINDEP julga mesmo que este Governo, na Educação, dá aos portugueses “gato por lebre”. Assim não!**

Em período eleitoral e na crise global, mais do que nunca Portugal precisa de uma verdadeira política educativa e de formação que respondam, de uma vez por todas, à mudança rápida e exigente da sociedade portuguesa.

**FIM**

Lisboa, 28 de Abril de 2009

O Presidente da FENEI  
e Secretário-Geral do SINDEP

*Carlos Chagas*